

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

CURSO DE TERAPIA OCUPACIONAL

**O USO DE RECURSOS DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL
COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NO SERVIÇO DE
CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Naira Laís de Andrade Barbosa

JOÃO PESSOA

2024

NAIRA LAÍS DE ANDRADE BARBOSA

**O USO DE RECURSOS DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL
COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NO SERVIÇO DE
CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos necessários para conclusão do curso de bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Artur Monzeli

JOÃO PESSOA

2024

Naira Laís de Andrade Barbosa

**O USO DE RECURSOS DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL COMO
ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA
E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS E
ADOLESCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

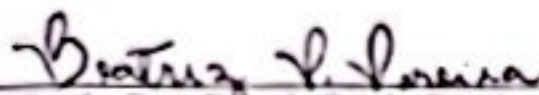
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a Conclusão do Curso de Bacharelado em Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba, apreciado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Aprovado em: 23/04/2024

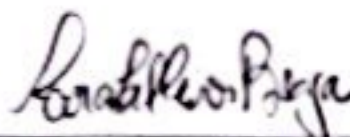
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. Gustavo Artur Monzeli
(Orientador)



Prof. Dra. Beatriz Prado Pereira
UFPB



Prof. Dra. Iara Falleiros Braga
UFPB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha avó Maria Lúcia (in memoriam) que sempre se empenhou para que eu tivesse acesso à educação e me incentivou todo o tempo que estive ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me guiado durante esta trajetória me dando força, sabedoria e coragem para nunca desistir em momentos difíceis. À minha família que me apoiou durante este árduo caminho sendo suporte, força e incentivo. Em especial, quero agradecer a Mirtes, minha mãe e a minha tia Ana por todo esforço empenhado durante esses anos para me manter na Universidade e conquistar um sonho que passou a ser delas também.

Quero agradecer aos meus avós, Maria Lúcia e Manoel (in memoriam) e ao meu tio Micael (in memoriam), por sempre cuidarem e me incentivarem a buscar o melhor para mim. Vocês sempre estiveram comigo nessa caminhada, espero que estejam orgulhosos.

Agradeço ao meu namorado por estar comigo desde o início, acompanhando lado a lado os dias bons e sendo calmaria nos difíceis. Você foi carinho, leveza, amor e abrigo durante toda essa jornada. Obrigada por passar noites acordado estudando comigo, você é meu maior orgulho e exemplo de dedicação e perseverança.

Por fim, agradeço aos professores, pelo apoio e conhecimento que foram fundamentais para a minha trajetória até aqui. Em especial, queria agradecer ao orientador deste trabalho, Prof. Dr. Gustavo Monzeli, por acreditar em mim e ser suporte e incentivo durante todo o processo de construção deste trabalho.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Ações desenvolvidas e seus objetivos..... 6

Quadro 2. Materiais utilizados..... 7

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	2
1.1. Terapia Ocupacional Social e a Assistência Social -----	2
1.2. Promovendo Vínculos e Proteção Social: O SCFV como Instrumento da Política Pública de Assistência Social -----	4
METODOLOGIA -----	5
2.1. Fundamentação Teórico-Metodológica -----	8
RESULTADOS -----	9
3.1. Primeira prática -----	9
3.2. Segunda prática -----	11
3.3. Terceira prática -----	12
3.4. Quarta prática -----	13
3.5. Quinta prática -----	15
DISCUSSÃO -----	16
4.1. Territórios de Existência -----	16
4.2. Marcadores sociais da diferença e seus entrelaços com as Oficinas de atividade -----	18
4.3. Desvendando os Impactos das Tecnologias Sociais: Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos -----	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	25
ANEXOS -----	27
1. Anexo A – Normas da Revista Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional -----	27

Resumo

Introdução: A Terapia Ocupacional Social busca atender grupos sociais em situação de vulnerabilidade, exclusão ou ruptura das redes sociais de suporte. Dentro desse contexto, o presente estudo parte do pressuposto de que a atuação do terapeuta ocupacional utilizando os recursos da Terapia Ocupacional Social pode ser um agente facilitador para o desenvolvimento integral e a melhoria da qualidade de vida para os indivíduos. **Objetivos:** Este estudo visa relatar e analisar os impactos do uso das tecnologias sociais da Terapia Ocupacional Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência descritivo acerca dos encontros e Oficinas de Atividades realizados com crianças e adolescentes participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do bairro Mandacaru, na cidade de João Pessoa, PB. **Resultados:** O uso das tecnologias sociais mostrou-se como um conjunto de ferramentas úteis, desempenhando um importante papel como facilitador e mediador nas questões sociais frente aos atravessamentos que surgiram nos encontros. **Conclusão:** Portanto, evidencia-se a importância da realização de estudos nessa temática a fim de promover um melhor aporte teórico na área, além de promover uma melhor análise do uso das tecnologias sociais.

Palavras-chaves: Terapia Ocupacional, Desigualdades Sociais, Território Sociocultural

Abstract

Introduction: Social Occupational Therapy is an area of Occupational Therapy that seeks to assist social groups in situations of vulnerability, exclusion or disruption of social support networks. Within this context, this study is based on the assumption that the work of the occupational therapist using the resources of Social Occupational Therapy can be a facilitating agent for the integral development and improvement of the quality of life for individuals. **Objectives:** This study aims to report and analyze the impacts of using the underlying social technologies of Social Occupational Therapy within the scope of the Unified Social Assistance System (SUAS). **Methodology:** This is a descriptive experience report about the meetings and activity workshops held with children and adolescents participating in the Coexistence and Bond Strengthening Service (SCFV) at the Social Assistance Reference Center (CRAS) in the Mandacaru neighborhood, in the city of João Pessoa, PB. **Results:** The use of social technologies proved to be a useful set of tools, playing

an important role as a facilitator and mediator in social issues in the face of the crossings that arose in the meetings. **Conclusion:** This highlights the importance of carrying out further studies on this subject in order to provide better theoretical support in the area, as well as promoting a better analysis of the use of social technologies.

Keywords: Occupational Therapy, Factors, Socioeconomic, Sociocultural Territory

Introdução

Terapia Ocupacional Social e a Assistência Social

A Terapia Ocupacional Social neste setor da assistência social teve seu histórico de desenvolvimento e suas interações com os serviços socioassistenciais na década de 1970, quando terapeutas ocupacionais passaram a observar os movimentos sociais do país e começaram a perceber a dimensão política e social de sua prática. Desse modo, passaram a se engajar em projetos de ação comunitária e a colaborar com instituições que, até então, estavam fora de seu escopo de interesse. (Barros *et al.*, 2002).

A partir disso, segundo Barros *et al.* (2002), os terapeutas ocupacionais buscaram em outras áreas de conhecimento, em especial as ciências sociais e humanas, além de metodologias já difundidas na Terapia Ocupacional, um apoio teórico para fundamentar as ações no campo social. Nesse sentido, a rede Metuia têm desenvolvido procedimentos e recursos que proporcionam aportes para a ação de uma Terapia Ocupacional Social que intervenha na realidade da comunidade e seu território e direcione suas ações ao enfrentamento dos desafios do campo social. (Lopes, Malfitano, Silva e Borba, 2014).

A Terapia Ocupacional Social alinhada às Políticas Sociais especificou o público de suas ações. Assim, segundo Malfitano

A Terapia Ocupacional Social está voltada ao desenvolvimento de ações pela busca de emancipação e autonomia dos sujeitos os quais têm impedimentos e/ou dificuldades socioeconômicas para o acesso aos seus direitos sociais. Trata-se de colocar em foco os sujeitos, individuais e coletivos, com destaque para a sua posição social e, com isso, as possibilidades constituídas em seus cotidianos (Malfitano, 2016, p. 8).

A regulamentação das ações da Terapia Ocupacional no contexto social no Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), apesar de haver ações sendo feitas desde a década de 90, foi apenas formalizada no dia 03 de novembro de 2010, pela Resolução nº 383 (Coffito, 2010). Além disso, o reconhecimento da profissão como uma profissão que pode integrar as equipes de referência e atender as especificidades dos serviços

socioassistenciais, bem como a gestão do SUAS, ocorreu em junho de 2011, através da Resolução nº 17 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (Brasil, 2011).

Segundo Silva *et al.* (2021), a Terapia Ocupacional Social tem construído teorias e práticas direcionadas a grupos que vivem em situações de desigualdade, visando o acesso aos direitos e à cidadania. Essas abordagens se utilizam de estratégia prático-profissional, recursos, tecnologias sociais e metodologias participativas, fundamentadas em ações interdisciplinares e intersetoriais, com o intuito de proporcionar espaços seguros de convívio e inclusão.

Diante disso, Lopes et al. afirma que

A experiência acumulada pelo METUIA/UFSCar tem produzido tecnologias sociais capazes de fomentar novas possibilidades de atuação, integrando e articulando ações de abrangência macro e microsocial. Nessa perspectiva, destacamos as *Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos; os Acompanhamentos Singulares e Territoriais; a Articulação de Recursos no Campo Social; e a Dinamização da Rede de Atenção* (Lopes, Malfitano, Silva e Borba, 2014, p. 594).

Com base nisso, as *Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos*, foco central desta pesquisa, segundo Lopes *et al.* (2014), permite utilizar de atividades como um meio para facilitar a aproximação, o acompanhamento, a compreensão das demandas e o fortalecimento dos sujeitos individuais e coletivos. Além disso, as oficinas através das atividades, projetos, produtos e dinâmicas, facilitam construir ações que podem ser categorizadas, compreendidas e aplicadas com diversos propósitos.

Portanto, “a ação do Terapeuta Ocupacional com foco na proposição das Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos pode ser entendida como espaço de fomento à convivência e, por conseguinte, de acesso às diversidades que habitam o espaço coletivo.” (Silva, Malfitano, 2021, P. 7). Baseado nisso, o uso dessas tecnologias sociais como recurso nas intervenções no grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), foi um agente facilitador para o reconhecimento das demandas individuais e coletivas do grupo.

Promovendo Vínculos e Proteção Social: O SCFV como Instrumento da Política Pública de Assistência Social

A Política Pública de Assistência Social é implementada de maneira integrada com outras políticas setoriais, levando em consideração as desigualdades socioterritoriais, com o objetivo de combatê-las, garantir os mínimos sociais, fornecer condições para lidar com contingências sociais e universalizar os direitos sociais. Nessa perspectiva, para alcançar tais objetivos, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é estruturado em dois níveis:

proteção social básica e proteção social especial, esta última abrangendo casos de média e alta complexidade. (Brasil, 2004).

Posto isso, o cenário deste trabalho se encontra no nível da Proteção Social Básica, que tem como principal porta de entrada o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Este serviço tem como proposta identificar e prevenir riscos, fortalecer laços familiares e comunitários e apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade devido à pobreza, privação ou fragilização de vínculos afetivos. (Brasil, 2015).

A partir da identificação das necessidades, o CRAS oferta alguns serviços de apoio como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que é um trabalho social contínuo com as famílias, tendo como intuito fortalecer sua função protetiva, prevenir a ruptura de seus laços, garantir o acesso e aproveitamento de direitos, bem como contribuir para a melhoria de sua qualidade de vida. (Brasil, 2013).

Outro principal serviço ofertado é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que é disponibilizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). O SCFV atua em conjunto ao trabalho social com famílias e à prevenção de situações de vulnerabilidade e risco social, além disso, destina-se a fortalecer os laços familiares e comunitários, bem como facilitar a integração e a troca de experiências entre os participantes, promovendo um sentido de coletividade e valorização da vida em comunidade. (Minatel *et al.* 2020).

Assim, a formação de grupos nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo abrem espaços para a interação social, expressão criativa, desenvolvimento de habilidades sociais, bem como, a promoção da autonomia dos participantes. Nesse âmbito, a Terapia Ocupacional Social busca articular sua ação de forma que potencialize o engajamento e a participação ativa dos indivíduos, possibilitando um ambiente terapêutico e educacional.

O presente estudo parte do pressuposto de que a atuação do terapeuta ocupacional utilizando os recursos da Terapia Ocupacional Social, nesse contexto específico, pode ser um agente facilitador para a garantia dos direitos e reconhecimento dos deveres sociais, fortalecer laços familiares e/ou comunitários, bem como, em processos de ruptura desses laços, a fim de uma melhoria da qualidade de vida.

A partir dessa contextualização, o estudo em questão propõe-se a relatar e analisar o uso das tecnologias sociais nas ações da Terapia Ocupacional Social no âmbito da Assistência Social, que teve como cenário central o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). O público-alvo das ações desenvolvidas dentro desse contexto era formado por

crianças e adolescentes de 6 a 15 anos residentes do bairro de Mandacaru, em João Pessoa, Paraíba, inserido no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Essas práticas foram realizadas por alunas do 6º período do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba através da disciplina “Áreas de Intervenção da Terapia Ocupacional e Cenários de Prática IV”. No decorrer das atividades, foram feitos diários de campo e relatórios de experiências vivenciados pelas alunas.

Portanto, o presente estudo visa relatar e analisar as potencialidades da inserção da Terapia Ocupacional como uma das profissões que pode atender às especificidades dos serviços socioassistenciais, possibilitando uma visão mais ampla do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, bem como relatar as contribuições da Terapia Ocupacional Social no fortalecimento das relações sociais, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia dos participantes, além de criar estratégias para lidar com os desafios decorrentes dos Marcadores Sociais da Diferença e das questões territoriais presentes no cotidiano. Adicionalmente, a construção deste estudo visa contribuir para o aporte teórico e prático das tecnologias sociais da Terapia Ocupacional Social, que pode servir como embasamento para a prática profissional inserida nesse contexto.

Metodologia

Este estudo trata-se de um relato de experiência descritivo feito a partir da análise de registros observacionais e diários de campo feitos pela discente durante a disciplina “Áreas de Intervenção da Terapia Ocupacional e Cenários de Prática IV” acerca dos encontros e Oficinas de Atividades realizados com um grupo de crianças e adolescentes participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do bairro Mandacaru, na cidade de João Pessoa, PB. As informações contidas nos diários de campo foram extraídas e organizadas em ordem cronológica de acordo com as ações.

As práticas foram desenvolvidas ao decorrer da disciplina “Áreas de Intervenção da Terapia Ocupacional e Cenários de Prática IV”, do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Essas oficinas tinham como objetivo proporcionar um espaço de troca, de compartilhamento, de experimentação, de reflexão e de debates acerca de questões sociais que permeiam o cotidiano e a cidadania dos indivíduos.

Os encontros aconteceram em um espaço pertencente ao território disponibilizado pelo CRAS e ocorriam semanalmente nas segundas-feiras, do dia 17 de abril ao dia 22 de maio de 2023, com a duração média de 2 horas, a partir das 14 horas, totalizando 5 encontros, com uma média de quinze crianças e adolescente a cada prática.

O grupo-alvo para essas Oficinas eram crianças e adolescentes moradores do bairro Mandacaru cadastrados no PAIF através do CRAS, além de crianças pertencentes a um abrigo próximo ao território vinculado ao CRAS. Esses participantes formavam um grupo heterogêneo com faixa etária entre 6 a 15 anos como respaldado pela Tipificação Nacional De Serviços Socioassistenciais (TNSS) (Brasil, 2013).

O planejamento das ações a serem realizadas nos encontros com o grupo ocorria em uma sala de aula do Departamento de Terapia Ocupacional no Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UFPB sob a tutoria da docente da disciplina nas manhãs das segundas-feiras. As reflexões e discussões levantadas durante esses planejamentos eram estruturadas com base nas demandas identificadas nos encontros anteriores, sendo respaldadas em fundamentações teóricas da Terapia Ocupacional Social e na TNSS. As tecnologias pensadas para serem utilizadas durante as ações estão organizadas em ordem cronológica na Tabela 1, sendo descritas as ações e objetivos sequencialmente.

Quadro 1. Ações desenvolvidas e seus objetivos (continua)

Datas dos encontros	Ações	Objetivos
Primeira prática 17/04/2023	- Dinâmica da Teia: rodada de apresentações entre as discentes e os usuários do serviço; - Oficina da autoimagem: confecção de desenhos que representasse a si em uma carteira de identidade.	- Promover a criação de vínculo; - Reconhecer suas potencialidades. - Construção da autoimagem e a partir disso trabalhar a heterogeneidade do grupo.
Segunda prática 24/04/2023	- Descobrindo Conexões: construções de cartazes com intersecções promovendo o autoconhecimento e reconhecimento de características em comum entre os participantes. - Trilhando juntos: Trem cooperativo.	- Promover atividades em grupo para trocas relacionais e auxiliar na construção de vínculo e confiança entre os participantes; - Reconhecer e promover respeito às diferenças; - Reconhecer potencialidades em comum entre os participantes do grupo. - Descoberta de características em comum e a exploração da diversidade dentro do grupo.
Terceira prática 08/05/2023	-Caminhando na Diversidade: Aprendendo a respeitar as diferenças a partir de um jogo de tabuleiro.	- Reconhecer e promover respeito às diferenças; - Respeitar a si próprio e ao outro fundamentado em princípios éticos de justiça e cidadania.

Quadro 1. Ações desenvolvidas e seus objetivos (conclusão)

Quarta prática 15/05/2023	-Contação da história “Não me toca seu boboca!” através de uma peça teatral lúdica encenada pelas discentes; -Além dos rótulos: desconstruindo estereótipos de gênero através da dinâmica “etiquete-me” constituída na escolha entre os participantes de um menino e uma menina para serem etiquetados com itens que o grupo considerava apenas pertencente a cada gênero.	- Facilitar o acesso a informações sobre direitos e participação cidadã; - Promover/fomentar a reflexão sobre a realidade social e do mundo contemporâneo; - Discutir as diferenças e desigualdades de gênero.
Quinta prática 22/05/2023	- Explorando novos espaços: passeio ao Parque Ecológico Bosque dos Sonhos; -Tesouro doce: caça ao tesouro no parque em busca de guloseimas.	- Acessar dispositivos de lazer na cidade; - Promover o brincar; - Promover atividades em grupos para trocas relacionais e auxiliar na construção de vínculo entre os participantes.

Fonte: Elaborada pela autora a partir da leitura dos diários de campo (2024).

Após a estruturação das intervenções a serem realizadas nos encontros, os materiais necessários para realizar as dinâmicas foram selecionados de acordo com a prática pensada para a ação. Esses materiais eram fornecidos pelo Departamento de Terapia Ocupacional da UFPB e confeccionados pelas estudantes envolvidas de acordo com o objetivo da ação. Os materiais utilizados em cada prática pensada estão descritos no Quadro 2.

Quadro 2. Materiais utilizados (continua)

Data dos encontros	Principais materiais utilizados nas Oficinas
Primeira prática 17/04/2023	Lápis de escrever e coloridos, canetas hidrográficas, folha A4 com impressão do modelo da Carteira Nacional de Identidade e novelo de lã.
Segunda prática 24/04/2023	Lápis de escrever e coloridos, canetas hidrográficas, folhas de cartolina branca e TNT colorido.
Terceira prática 08/05/2023	Giz para quadro colorido, folhas de cartolina coloridas, folhas A4, TNT colorido.
Quarta prática 15/05/2023	Lápis de escrever e colorido, canetas hidrográficas, folhas de cartolina coloridas, papel kraft, TNT colorido, folhas de EVA colorido, tecido de chita, post-it, tintas e pincéis.
Quinta prática 22/05/2023	Caixa de papelão, folhas de EVA colorido, folhas de cartolina coloridas.

Fonte: Elaborada pela autora a partir da leitura dos diários de campo (2024).

Fundamentação Teórico-Metodológica

A Terapia Ocupacional Social ao longo do tempo tem dado ênfase à juventude como ponto central de suas atividades, produções e reflexões, com o intuito de promover a emancipação, autonomia e ampliação da participação social de indivíduos cujas vidas cotidianas são afetadas por desigualdades socioeconômicas e culturais, enfrentando

dificuldades de negociação cultural e restrições de acesso aos direitos de cidadania. (Malfitano, 2016)

Dentro desse contexto, este estudo teve como embasamento teórico-metodológico as fundamentações da Terapia Ocupacional Social que, conforme definida pela Rede Metuia, fundamenta-se em uma abordagem crítica para estabelecer seus princípios teórico-metodológicos. (Galheigo, 2016).

No que se refere aos métodos de coleta de informações para esse Estudo, Diários de campo e referenciais observacionais, Oliveira (2014) diz que a utilização do diário de campo como meio de registrar informações em pesquisas científicas é uma prática relativamente recente, apesar de sua existência como um instrumento de registro de eventos por parte de indivíduos sociais já ser utilizado bem antes de seu uso na pesquisa científica. Para Cachado (2021), o diário de campo é uma base documental sólida de registros do cotidiano de uma determinada população, nele podemos encontrar, objetivamente, diversas camadas da realidade social. Assim, para Lourau (1993), o diário de campo permite o conhecimento da vivência cotidiana de campo.

Resultados

Com o propósito de orientar e definir os objetivos das práticas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a Terapia Ocupacional fundamentou-se na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TNSS) e nas cartilhas “Terapia Ocupacional: Contribuições ao Sistema Único da Assistência Social (SUAS)” e “Terapia Ocupacional na Assistência Social (SUAS)”, ambas elaboradas pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 2ª Região. (CREFITO 2)

Adicionalmente, para a implementação das ações no grupo do SCFV, foram adotadas, como base teórica, as tecnologias sociais produzidas pela Terapia Ocupacional Social, em especial as Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos.

Assim sendo, segundo autores:

As Oficinas podem ser compreendidas como espaços de convivência e aproximação dos sujeitos, nos quais podem ser utilizadas atividades diversas (corporais, lúdicas e plásticas) como recursos mediadores em sua operacionalização, buscando a aproximação com as demandas dos sujeitos parametrizadas pelas noções de cidadania, direitos/deveres e participação democrática. (SILVA; MALFITANO, 2021, p. 3).

Além disso, a Norma Operacional Básica do SUAS de 2012 promove que a leitura do território ou das questões socioterritoriais possibilitam compreender as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais daquele espaço, conseqüentemente, facilitando a criação de

estratégias para identificação das necessidades e potencialidades do território. (Brasil, 2012). Dessa forma, as demandas do grupo eram levantadas, analisadas e organizadas de acordo com as questões sociais da população assistida.

Com base no exposto, Lopes, et al. (2014), diz que a Terapia Ocupacional emprega atividades como meio para atingir uma aproximação com os indivíduos, a fim de garantir uma melhor compreensão das demandas e proporcionar o fortalecimento dos sujeitos individuais e coletivos, sendo estes o alvo de suas ações. Dessa forma, como apresentado no (Quadro 1), todas as atividades foram respaldadas por objetivos específicos de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e nos arcabouços teóricos da Terapia Ocupacional Social . Posto isso, segue abaixo o detalhamento das práticas, procedimentos adotados e resultados obtidos.

Primeira Prática

No início da primeira prática foi percebido uma maior resistência das crianças e adolescentes ali presentes em interagirem com as estudantes que assumiram as práticas com o grupo, visto que era o primeiro contato. Essa resistência era percebida quando os integrantes se recusaram a participar das atividades propostas.

Com essa demanda sendo levantada, a primeira prática se fundamentou na importância da criação de vínculo do grupo, tendo este elemento como peça chave para construção de um ambiente seguro e confortável, que possibilita o reconhecimento de demandas singulares e coletivas, com isso, foi conduzida a primeira atividade destinada aos participantes com o propósito de criar crachás de identificação para fazer uma roda de apresentação.

A confecção dos crachás tinham como design base a carteira de identidade nacional, com o intuito que no local da foto 3x4 exigida no documento, os participantes desenhassem como se enxergavam. A atividade foi realizada pelos participantes e também pelas discentes de Terapia Ocupacional, não apenas como um meio de aproximação com as crianças, mas também para promover a reflexão sobre a percepção da autoimagem de cada indivíduo, uma vez que, a proposta era que cada participante desenhasse sua própria visão de si mesmo.

Para além desse primeiro objetivo, durante o planejamento da primeira intervenção, foi repassado para as discentes, pela professora da disciplina, a dificuldade que os participantes tinham em auto identificar suas características e potencialidades, identificadas pelo grupo anterior que conduziu as práticas.

A partir dessas demandas levantadas, foi pensada a utilização da dinâmica da Teia, que se constituía na formação de uma roda entre todos os participantes e do repasse de um novelo de lã, formando um emaranhado de linhas que ligavam um indivíduo ao outro. Enquanto o novelo de lã era jogado de uma pessoa para outra, era pedido para que se respondessem duas perguntas: “qual é o seu nome?” e “o que você mais gosta em você?”. Posteriormente, uma pergunta era realizada pela pessoa que recebeu o novelo, como por exemplo: “qual a sua cor favorita?” ou “o que você mais gosta de fazer?”, tendo como principal objetivo a criação de vínculo entre todos os envolvidos. Além disso, outro objetivo também foi propor ao grupo a reflexão e autoconhecimento das suas potencialidades.

Ao término das atividades, a equipe conseguiu identificar que o objetivo de iniciar a criação de vínculo com os participantes foi alcançado, onde foi percebido uma maior interação dos ali envolvidos nas relações interpessoais, resultando em uma melhora progressiva na participação dos envolvidos nas dinâmicas propostas. Além disso, foi percebido alguns conflitos entre os participantes no que diz respeito às questões étnico-raciais e segregação de grupos previamente formados, o que norteou a próxima prática.

Segunda Prática

Durante a supervisão para o planejamento das ações para o dia 24/04/2023, foi identificada, pela análise do encontro anterior, uma demanda a respeito do fortalecimento do vínculo e a falta de reconhecimento e reflexão sobre as diferenças e semelhanças entre eles. Ocorreram alguns conflitos e desrespeitos na realização da oficina anterior, além da percepção de cristalização de alguns subgrupos formados por afinidade, o que acarretou na exclusão de algumas crianças durante a realização da oficina.

Diante disso, no planejamento, ficou decidida a realização de uma dinâmica que consistia em uma divisão aleatória do grupo, a fim de que houvesse uma maior interação entre todas as pessoas. Foram divididos pequenos subgrupos contendo quatro participantes para a construção de cartazes interseccionados, onde cada um possuía um círculo que se interseccionava com os outros três.

O objetivo desta atividade era que elas escrevessem no cartaz coisas que gostavam, inspirados por perguntas disparadoras, como, por exemplo, “Qual o seu lugar preferido?”. As respostas semelhantes eram escritas ou desenhadas nas intersecções dos círculos.

No decorrer dessa atividade, foi percebido que os participantes utilizavam “piadas” como forma de insulto para menosprezar as diferenças territoriais entre eles, além de usar

desses artifícios para referir-se às características físicas específicas de cada pessoa como forma de insulto e desrespeito às diferenças. Outros pontos foram observados durante essa dinâmica, como as dificuldades na escrita de alguns integrantes do grupo.

Ao fim, foi conversado e discutido as semelhanças e as diferenças entre eles, exemplificando elementos que os aproximavam e os distanciavam, bem como a necessidade do respeito a essas diferenças.

Após os cartazes, foi realizada outra atividade com as crianças, que consistia na produção de um trem cooperativo, que tinha como intuito trabalhar a cooperação em grupo e a confiança um no outro. O grupo se dividiu em dois subgrupos, organizaram-se em uma fila formando um “trem”, foram distribuídas vendas para os olhos e apenas a última pessoa da fila de cada subgrupo ficou sem a venda e com os olhos descobertos. Após esse processo, foi montado um circuito de obstáculos no salão do espaço utilizado, que tinha o objetivo de formar barreiras a serem desviadas pelas crianças organizadas em “trem”. Esse “trem” formado por cada subgrupo era guiado pela criança sem venda nos olhos, que orientava a pessoa à sua frente, pelo toque no ombro, a pessoa que recebia a orientação pelo toque passava a informação para o próximo e assim por diante. Por fim, o subgrupo que teve mais dificuldades na realização na atividade identificou que a ausência de comunicação e diálogo entre a equipe, foi um obstáculo para a conclusão bem sucedida da dinâmica.

Ao término das atividades, as estudantes que aplicaram as ações identificaram a influência dos atravessamentos dos marcadores sociais da diferença nas questões étnico-raciais, observando as continuidades das “piadas” como forma de insulto que ocorreram na primeira prática. Além disso, as questões socioeconômicas territoriais estavam presentes durante as interações dos participantes, sendo observados comentários ofensivos daqueles que moravam em locais próximos a áreas de violência.

Além dessas demandas observadas, a primeira atividade do segundo encontro proporcionou aos participantes o reconhecimento de características pessoais, físicas e socioeconômicas comuns entre eles. Ao término da segunda atividade, foi identificada uma melhor interação entre os participantes, visto que, a dinâmica estimulou a fragmentação de grupos cristalizados, proporcionando a aproximação de integrantes que antes não interagiam entre si. Além disso, essa atividade levantou e ajudou na construção do pensamento crítico-reflexivo do grupo que a falta de comunicação e união entre eles tornou-se um obstáculo para a conclusão da atividade.

Terceira Prática

Em relação à terceira prática, a proposta sugerida durante o planejamento foi a de trabalhar temáticas acerca da importância do respeito diante das diferenças, reconhecimentos dos direitos e deveres enquanto cidadão, além de utilizar os objetivos da prática anterior, como o trabalho em grupos, cooperação entre os participantes e criação e fortalecimento de vínculos.

Dessa forma, chegando no local para a realização dessa prática, foi descoberto pelas discentes uma mudança no local do encontro do grupo pois estava sendo utilizado pelo serviço para outra atividade, passando para uma sala na sede do Centro de Referência Cidadão (CRC), sendo um pouco menor do que o local de costume. O local em questão tinha uma baixa ventilação, sendo preciso realocar a oficina para a praça pública em frente ao CRC. A atividade planejada se tratava de um jogo de tabuleiro em tamanho humano, em que os participantes seriam as próprias peças do jogo. O grupo foi dividido em três subgrupos marcados por pulseiras feitas de tecido com cores diferentes para cada um dos grupos.

Dessa maneira, foi pensado um jogo interativo que necessitava da participação ativa deles, uma vez que, desde a construção do tabuleiro, que era desenhado em conjunto pelas discentes e os participantes, as peças do jogo seriam as próprias crianças e adolescentes, escolhido pelo subgrupo para representá-los.

Ademais, todos os jogadores da equipe deveriam jogar um dado para que a pessoa escolhida para ser a peça do tabuleiro, andasse, havendo a possibilidade de cair em casas com desafios específicos que deveriam ser cumpridos pela equipe ou responder perguntas contidas em cards com informações acerca do respeito às diferenças.

Por se tratar de um ambiente aberto que proporciona diversos estímulos visuais e sonoros, foi percebido que os participantes dispersavam facilmente da proposta da atividade. Além disto, a atividade foi atravessada por diversos conflitos, como a resistência de alguns participantes de se relacionar com outros integrantes que não fossem pertencentes ao seu grupo de convívio, tendo em vista que um dos objetivos da atividade era proporcionar o fortalecimento de vínculos entre todos.

Além disso, ainda durante a prática, algumas situações de *bullying* e expressões racistas foram identificadas pelas discentes, mesmo diante de um dos temas da atividade ter como objetivo trabalhar o respeito às diferenças. Portanto, a dinâmica precisou ser finalizada

para que as discentes pudessem intervir e dialogar com as crianças e adolescentes sobre os impactos dos preconceitos tanto para as vítimas, como para quem os comete. Durante o diálogo com os participantes sobre essas questões, foi percebido a dispersão deles por meio de risadas e “piadas” sobre a temática. Com o avanço dessa conversação, eles começaram a demonstrar uma melhor compreensão da importância da prática e da temática abordada.

Quarta Prática

Em alusão ao 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças, foi pedido pela equipe do CRAS que a ação da Terapia Ocupacional do dia 18/05/2023, trabalhasse essa temática. Com isso, o objetivo da ação foi abordar o tema do abuso e exploração sexual das crianças e adolescentes, questões de gênero, compreensão dos direitos e apresentação de serviços e equipamentos disponíveis para recorrer em situações de violência ou violação dos direitos.

Ainda durante o planejamento da ação, foi observado pelas discentes e a docente da disciplina a complexidade do tema e que poderia se assemelhar a muitas realidades de crianças e adolescentes atualmente. Logo, foi decidido que iria abordar o tema de forma leve e lúdica, sendo planejado utilizar como recurso a contação de histórias através de uma peça de teatro encenada pelas discentes.

A peça teatral foi baseada no livro infantil “Não me toca, seu boboca!”, da autora Andrea Viviana Taubman que conta a história de uma coelhinha perspicaz que é assediada um dia por um “tio legal”.

Posteriormente à peça de teatro, iniciou-se uma conversa com as crianças e adolescentes sobre o que elas tinham assistido. Durante essa conversação, foi levantado pautas sobre a importância da privacidade de certas partes do corpo e dos limites saudáveis de intimidades com outro, além de fornecer orientações para reconhecer comportamentos inadequados de adultos ou outras crianças que possam violar a privacidade do corpo.

Após essa discussão, iniciou-se a próxima atividade proposta, nomeada como “etiquete-me”, com o intuito de auxiliar no processo de desconstrução da segregação de gênero e de construções generificadas em relação a brinquedos, brincadeiras, entre outros, que podem resultar em desigualdades e violências.

Assim, a atividade foi iniciada com a escolha de uma menina e um menino por parte do grupo para serem etiquetados. Foram distribuídas etiquetas para cada criança presente e solicitado que elas classificassem itens que considerassem específicos para meninas e para

meninos. Todas as etiquetas foram coladas nas determinadas crianças e logo após essa dinâmica, teve início uma conversa baseada nas etiquetas sobre as questões de gêneros e, a partir disso, foi realizada algumas indagações sobre os motivos do pensamento da segregação dos itens citados, levando-os à reflexão sobre o tema.

Por fim, foi feito um link entre as atividades, abrindo um espaço para exposição das opiniões dos participantes e quais reflexões eles desenvolveram, a fim de levá-los a um pensamento crítico sobre direitos, participação cidadã, realidade social e do mundo contemporâneo, além de proporcionar o conhecimento de serviços que podem ser buscados em contextos de violência ou violação dos seus direitos.

Durante esse momento de discussão, foi identificado um conhecimento prévio dos participantes do grupo, que relataram ser uma temática abordada nas suas escolas. As crianças reconheciam a importância dos limites da privacidade do corpo, bem como as formas de pedir ajuda caso ocorra uma situação que viole a integridade dos seus corpos. Após o término dessa discussão e encerramento das atividades propostas, foi percebida uma maior empolgação e alegria dos participantes acerca das vivências que ocorreram, uma vez que, esses sentimentos foram demonstrados através de falas positivas e elogios acerca da oficina de atividade teatral, além de ter sido perceptível a atenção deles do início ao fim da peça.

Quinta Prática

A quinta e última prática junto ao SCFV, teve como objetivo principal fornecer o conhecimento de espaços urbanos inexplorados e promover oportunidades de lazer para as crianças e adolescentes do serviço. Dentro dessa temática, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Artigo 71 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, traz que, “a criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”.

Durante o planejamento prévio, foram analisadas possíveis opções de lugares para lazer que recebessem grandes grupos. Após uma pesquisa sobre possíveis opções, foi escolhido o Parque Ecológico Bosque dos Sonhos, localizado na praia de Cabo Branco, em João Pessoa, PB. Com o local decidido, foi disponibilizado pela Universidade Federal da Paraíba, através do Centro de Ciências da Saúde, um ônibus para o transporte e a realização do passeio.

Chegando ao local, houve uma exploração do território ao redor da localidade do Bosque dos Sonhos e foi possível que os participantes conhecessem o Farol de Cabo Branco e

as falésias que têm surgido com o avanço do mar. Durante essa exploração, foi percebida a alegria e a empolgação dos participantes através de falar como “nunca vim aqui!”, “aqui é muito legal!”.

Após a exploração do espaço, houve um piquenique com as crianças e os adolescentes, a fim de um momento de interação e conversas entre os participantes e o grupo de estudantes que estavam à frente da oficina, em busca de identificar como estava sendo aquela experiência para eles.

Com a realização dessa prática foi possível reconhecer neste momento que, mesmo morando na cidade de João Pessoa, a maioria dos participantes não tinha conhecimento da existência daquele ponto turístico bastante frequentado, além de expressarem a inacessibilidade a lugares como shopping, praias e outros pontos turísticos da cidade.

Com o avanço das atividades propostas, foi elaborada uma dinâmica de “caça ao tesouro” que consistia em um baú cheio de doces que deveriam ser divididos entre eles ao encontrarem. A proposta dessa atividade teve como intuito alinhar-se com os objetivos dos outros encontros, como a importância do trabalho em grupo e fortalecimento de vínculo. Durante essa dinâmica, foi percebida uma melhor interação dos participantes na criação de grupos, sendo evidenciada uma divisão mais fluida, sem exclusões e “piadas” entre eles.

Por fim, durante o caminho de volta para ao CRAS em Mandacaru, as crianças e adolescentes expressaram a felicidade e agradecimento pelo dia proporcionado, além disso, diálogos de despedidas começaram a surgir entre os participantes e as discentes, tendo em vista que aquele seria o último encontro.

Dito isso, em certo momento da viagem de volta, alguns participantes puxaram um coro com a música “Só Gratidão” do cantor MC Lipi, que logo foi seguido por todos os participantes e discentes presentes no ônibus. Após a chegada ao espaço do CRAS, as falas de agradecimentos e pedidos para não finalizar os encontros e dar continuidade às Oficinas, evidenciou a potencialidade do vínculo criado entre os participantes e discentes e a importância do trabalho desenvolvido pela Terapia Ocupacional Social no âmbito da assistência social, em específico no SCFV.

Discussão

A partir das experiências vivenciadas e relatadas anteriormente, foram identificadas duas principais dimensões de discussão e análise, essas dimensões surgem como pilares orientadores para a compreensão do desenvolvimento desta experiência.

Territórios de Existência

As práticas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) em Mandacaru, João Pessoa, PB, foram iniciadas em um prévio encontro antes da primeira prática no SCFV, para proporcionar o reconhecimento do território através da exploração das discentes guiadas por um profissional do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) pelas ruas do bairro a fim de compreender as configurações daquele local.

Dentro desse contexto, deve-se compreender que a concepção de território transcende a limitação geográfica de uma região ocupada por uma comunidade. Nessa definição, as histórias locais, questões socioeconômicas, culturais, interações sociais e diversas formas de vida, constituem aquele espaço. (Oliver, Barros, 1999).

Dito isso, a concepção de território concebida neste estudo apoia-se em um espaço geograficamente delimitado, cuja construção é cenário de diversas configurações sociais e culturais (Barros et al., 2002). Assim, é preciso ampliar a compreensão da realidade e cotidiano daquele território para pensar ferramentas que atendam as demandas e garantam a proteção social.

O bairro de Mandacaru está localizado na zona norte do município de João Pessoa, sendo cortado pelo Rio Mandacaru e atravessado pela linha férrea que liga João Pessoa a Cabedelo. Segundo os dados do IBGE (2010), o bairro tem uma população estimada em 12.587 habitantes, em sua maioria pessoas pretas.

No que se refere a estrutura, apresenta problemas decorrentes da falta de investimento público na habitação, saneamento básico, saúde e educação. Apesar disso, Mandacaru conta com um diverso comércio e equipamentos assistenciais, como o CRAS, escolas e Unidades Básicas de Saúde. Em relação a segurança urbana, o bairro vive em uma ambiguidade, uma vez que possui uma vasta manifestação cultural ao mesmo tempo é um bairro pobre estigmatizado pela criminalidade e violência, sendo considerado um dos bairros mais violentos da cidade de João Pessoa segundo o Anuário Estadual da Segurança e da Defesa Social na Paraíba (2023).

Durante a visita das estudantes ao território, um ponto discutido pelo profissional do CRAS foi a influência das disputas entre facções criminosas no bairro e como isso afetava o cotidiano dos moradores, que segundo o profissional, se refletia nas restrições de acesso aos equipamentos sociais: os moradores de outros bairros não podiam utilizar equipamentos como

escolas e Unidades Básicas de Saúde em Mandacaru, e vice-versa. Essa divisão entre os territórios era demarcada pela linha do trem que cortava o bairro.

Assim, em um território onde a desigualdade social, marginalizações sociais, classe, racismo, violência e os atravessamentos das relações sociais se tornam uma constante, se faz necessário que a Terapia Ocupacional Social crie ferramentas que assegurem que, tanto individualmente quanto coletivamente, essa população não seja excluída dos espaços públicos ou privada, que auxilie nas rupturas das redes relacionais e de suportes e promovam o reconhecimento enquanto cidadão com direitos.

Nessa perspectiva, com o início das Oficinas no SCFV foi possível identificar os impactos de um território demarcado pelas desigualdades sociais, violências e questões socioeconômicas no cotidiano das crianças e adolescentes que participavam do grupo. Baseado nisso, durante as práticas diversas situações demonstravam as marcas desse território nas relações dos participantes.

Essas marcas se evidenciavam através dos comentários feitos em forma de “piadas” relacionadas à localização da residência de alguns membros por serem próximas a lugares mais violentos devido aos conflitos territoriais. Além disso, outro exemplo que revela as consequências das desigualdades sociais nesse contexto, foi a atividade do passeio ao Parque Ecológico Bosque dos Sonhos, em João Pessoa, uma vez que evidenciou a disparidade de acesso a lazer, novos espaços, acesso a cultura que essas crianças e adolescentes possuíam.

Posto isso, Silva et al., (2021, p. 4), acredita que “a circulação pelos espaços públicos por meio de visitas e passeios pode proporcionar o conhecimento de novos elementos e perspectivas para suas vidas cotidianas.” Dentro dessa temática, para Lopes et al., (2011) ações que empregam as Oficinas de Atividades como abordagem para trabalhar com jovens em situação de vulnerabilidade social têm sido efetivas.

Portanto, ao trabalhar com essas crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade e atravessadas por diversos marcadores sociais da diferença, mostrou-se necessário que os terapeutas ocupacionais precisam desenvolver variedades de estratégias de intervenção e recursos em resposta às demandas identificadas nos serviços, no território e na realidade local (Almeida et al., 2012).

Marcadores Sociais Da Diferença e seus Entrelaços com as Oficinas de Atividades

Na contemporaneidade, questões de gênero, raça/etnia, sexualidade e outros, emergem sendo identificados como os "marcadores sociais da diferença". Esta concepção aborda a interseção das diferentes inserções sociais de um indivíduo e como eles influenciam na sua posição na sociedade, dependendo do seu envolvimento em diversos aspectos da vida social. Os "marcadores sociais da diferença", em suas diversas configurações, podem delinear lugares distintos para indivíduos diversos, contribuindo para um complexo sistema de hierarquias que, em certos contextos, pode resultar na intensificação das desigualdades (Vencato, 2014).

Para Silva e Leite (2020), a aceitação naturalizada das desigualdades ocorre quando não se reconhece os marcadores sociais da diferença e resulta em práticas de exclusão nos âmbitos social, educacional e político, portanto, entender esses marcadores é uma maneira de reconhecer que as diferenças entre indivíduos ou grupos são uma construção social. Logo, há medidas eficazes na prevenção e na luta contra as desigualdades.

Essa naturalização das desigualdades que surgem das diferenças está enraizada em diversos espaços sociais e na vida cotidiana, sendo estas socialmente construídas e perpetuadas por diversas práticas e estruturas sociais. Por conseguinte, quando se fala de grupos marcados socialmente por diferenças se refere a indivíduos que na sociedade são identificados por características específicas que os distinguem uns dos outros. Sendo estas características construídas culturalmente pela comunidade que acabam tornando-se naturalizadas (Moutinho, 2014).

A compreensão acerca das diferenças sociais envolve analisar e entender como essas desigualdades são criadas, mantidas e perpetuadas, uma vez que essas diferenças podem resultar em disparidades de acesso a recursos, oportunidades e outras desigualdades. Para Brah (2006), compreender a diferença implica em considerar a diversidade dos discursos específicos sobre como as diferenças são construídas, questionadas, replicadas e reinterpretadas. A autora ainda aponta que:

Algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política. (Brah, 2006, p. 374).

Diante da compreensão dos diversos aspectos das diferenças que geram desigualdades entre grupos de pessoas em uma sociedade, há uma popularização da abordagem da interseccionalidade, que tem como base a promoção do reconhecimento das diversas intersecções que os marcadores sociais da diferença podem ter em um determinado contexto ou momento na sociedade. Essa abordagem transcende a noção de que as diferenças simplesmente se somam ou se subtraem, resultando em vantagens ou desvantagens para um indivíduo (Vencato, 2014).

Crenshaw propõe a seguinte definição para interseccionalidade:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (Crenshaw, 2002, p. 177).

Assim, para Adriana Piscitelli (2008), explorar a ideia de interseccionalidades proporciona uma ferramenta que auxilia na reflexão sobre como diversas diferenças e desigualdades se entrelaçam na vida social. Portanto, adotar uma perspectiva interseccional, como mencionado por Vencato (2014), implica em não apenas tentar compreender a realidade a partir de um único conceito isoladamente, mas sim em pensar como os marcadores sociais da diferença, como gênero, raça/etnia, sexualidade e classe se interligam em diferentes contextos, contribuindo para a produção de igualdade ou desigualdade.

Com base na compreensão dos marcadores sociais da diferença e suas diversas formas de interseccionalidade, ao trabalhar com um público frequentemente impactado por esses marcadores, os encontros no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), evidenciou a influência desses marcadores no cotidiano, nas interações entre os participantes, no acesso a recursos e serviços, bem como nas percepções individuais e coletivas de si mesmos e dos outros.

Assim, durante as práticas realizadas no grupo, uma das questões identificadas foram as questões de gênero. Esse marcador da diferença se manifestava desde a segregação dos gêneros nas formações dos grupos para realizar as atividades propostas, bem como em atividades específicas, como a oficina do "etiquete-me". Nessa atividade, ficou evidente a influência da construção cultural em torno do que se supõe ser designado especificamente para cada gênero.

Dessa maneira, trazendo a compreensão que o conceito de gênero não é algo inato ou biologicamente determinado, mas sim uma construção que é moldada pela sociedade ao longo do tempo, evidencia que as características e expectativas associadas aos diferentes gêneros são criadas e influenciadas por fatores sociais, históricos e culturais. Assim, aprofundando essa discussão, Vencato argumenta que:

O gênero, portanto, não é algo que está dado, mas é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os corpos, a partir daquilo que se identifica ser masculino e/ou feminino. Em outras palavras, o corpo é generificado, o que implica dizer que as marcas de gênero se inscrevem nele (Vencato, 2014, P.109).

Logo, reconhecer que as questões de gênero transcendem as simples distinções entre masculino e feminino promovem a equidade de gênero e contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Portanto, ao enfrentar os desafios relacionados às questões de gênero no grupo do SCFV, tornou-se possível a criação de estratégias a fim de promover reflexões e diálogos nas Oficinas com o intuito de auxiliar as crianças e adolescentes a construir uma leitura mais crítica acerca do tema.

Além do surgimento dos marcadores sociais relacionados às questões de gênero, foram identificados outros marcadores sociais da diferença ao longo das Oficinas. Entre eles, destacam-se as questões étnico-raciais, que se mostraram significativamente presentes no cotidiano dos participantes. Esses aspectos étnico-raciais não apenas emergiram como um dos principais marcadores sociais da diferença, como tornaram-se a temática central trabalhada nos encontros.

Com base nisso, as autoras Koga et al. (2018, p. 403) afirmam que “O preconceito étnico-racial foi e ainda é um dos pilares de sustentação das desigualdades.” Considerando essa afirmação, durante as Oficinas, as questões étnico-raciais foram uma constante em todas as atividades realizadas com o grupo. Dessa forma, piadas e comentários racistas entre os participantes contribuíram para uma perpetuação frequente do preconceito.

Essas piadas e comentários eram sempre feitos com relação às características físicas, como a cor da pele, ou relacionadas ao território. Mesmo que a maioria dos participantes fossem negros, eles ainda reproduziam esse tipo de racismo entre eles. No entanto, era evidente que para eles essas piadas eram apenas brincadeiras inofensivas, ignorando o impacto negativo que podiam ter. Para Vencato (2014), as piadas são uma das piores formas de perpetuar preconceitos e discriminações, pois reforçam a ideia de que é aceitável fazer

graça com esses aspectos para desconstruir. Nesse sentido, a autora enfatiza que é dessa forma que o preconceito se legitima e se difunde.

Dessa forma, essas experiências podem ter um impacto profundo na construção da identidade/auto imagem do “eu” para os indivíduos. Sendo assim, Brah (2006, p. 371), afirma que “Questões de identidade estão intimamente ligadas a questões de experiência, subjetividade e relações sociais. Identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais.” Ou seja, as questões acerca da construção de uma identidade são complexas e estão intrinsecamente ligadas às experiências individuais e às relações sociais que são moldadas e influenciadas pelas experiências vivenciadas e nas interações com o outro.

Baseado nisso, durante as atividades práticas e as interações sociais com os participantes, foi observado que comportamentos discriminatórios e estereótipos negativos associados a características fenotípicas impactavam diretamente na construção da autoimagem e no reconhecimento da identidade individual. Além disso, a influência cultural enraizada na determinação do que é considerado esteticamente “bonito” ou “feio”, muitas vezes influenciado por padrões de beleza eurocêntricos, também se mostrou presente na formação da autoimagem e identidade dos participantes, contribuindo para uma percepção negativa de si mesmos.

Dessa maneira, as questões étnico-raciais transcendiam o preconceito, exercendo uma influência marcante nas experiências e vivências dos participantes. A estigmatização das características fenotípicas não apenas permeava, mas também moldava profundamente as interações no grupo. Essa associação das características raciais a aspectos negativos resultava no desrespeito às diferenças individuais, além de contribuir para um apagamento das potencialidades dos participantes, que se viam reduzidos a estereótipos prejudiciais.

Assim, para Adesky (1997) “O não reconhecimento ou o reconhecimento inadequado de uma identidade pode causar dano e constituir uma forma de opressão, aprisionando os indivíduos num modo de ser falso, deformado e reduzido.” Nessa direção, a frequência e as consequências das interferências dos marcadores étnico-raciais, trabalhar as questões relacionadas ao respeito às diferenças, reconhecimento e construção de uma auto imagem/identidade positiva, além da identificação das potencialidades individuais e coletivas tornou-se o eixo central das práticas realizadas no grupo.

Desvendando os Impactos das Tecnologias Sociais: Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos

Os marcadores sociais da diferença e o território exerciam uma influência significativa nas vidas dos participantes do grupo, permeando tanto suas experiências individuais quanto coletivas, moldando seus modos de vida, interação e até o relacionamento dentro do grupo. Nesse sentido, foi essencial compreender como esses atravessamentos se inseriam no cotidiano dessas crianças e adolescentes e a partir disso, pensar como essas problemáticas poderiam ser abordadas de maneira eficaz para promover a conscientização crítica da sociedade, desconstrução de estereótipos, fortalecimento dos vínculos sociais, além de reconhecimento da diversidade e respeito às diferenças.

O uso das tecnologias sociais da Terapia Ocupacional Social como ferramenta de intervenção buscou fomentar a inclusão, a participação e o fortalecimento dos laços sociais. Utilizando os recursos e estratégias não apenas para a aproximação com o indivíduo, mas, identificar as necessidades sociais, as desigualdades presentes no contexto e promover o conhecimento sobre direitos de cidadania.

Outros objetivos das ações no grupo foram proporcionar a autonomia, protagonismo e fortalecimento de vínculos com o intuito de auxiliar em uma maior relação entre os participantes e uma auto identificação de seus direitos enquanto cidadãos. Assim, Malfitano (2005), afirma que as abordagens para intervenções da terapia ocupacional no âmbito social, parte-se do princípio de que suas atividades devem almejar a autonomia e a cidadania do sujeito, atuando em seu cotidiano para promover mudanças.

Nesse sentido, as bases teórico-metodológicas que orientaram as ações no grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo se apoiaram nas tecnologias sociais desenvolvidas pela Terapia Ocupacional Social, com destaque para as Oficinas de Atividades, Dinâmicas e Projetos. Seguindo a perspectiva de Barros et al. (2002), ao analisar estratégias e recursos utilizados nesse contexto, torna-se evidente que as atividades em sua variedade assumem um papel central nessas intervenções.

Aprofundando este debate, Malfitano discute que

O uso da atividade enquanto recurso terapêutico é um instrumento de trabalho historicamente utilizado pela terapia ocupacional com diferentes grupos populacionais. No campo social, principalmente em trabalhos direcionados para crianças e adolescentes, o recurso grupal, através de Oficinas artísticas e/ou culturais, é utilizado enquanto elemento constante para efetivação do trabalho (Malfitano, 2005, p. 5).

Posto isso, conforme destacado por Lopes et al. (2011), para uma compreensão mais aprofundada das necessidades individuais e coletivas e um melhor contato e convívio entre os participantes, a utilização das Oficinas de Atividades é um forte recurso para alcançar tais objetivos. Fundamentado nisso, as discentes utilizaram desse recurso para desenvolver as ações com o grupo.

Dessa forma, através deste recurso tornou-se possível identificar durante os cinco encontros e suas respectivas tecnologias desenvolvidas problemáticas que atravessavam o grupo, como as desigualdades sociais, os marcadores sociais das diferenças, questões territoriais, a fragilidade do vínculo entre os participantes, dificuldades na construção de uma consciência crítica sobre problemáticas sociais, além da falta do reconhecimento de potencialidades individuais e coletivas e o desrespeito frente às diferenças entre eles.

Nessa perspectiva, a utilização das atividades descritas no “QUADRO 1”, foram essenciais para as identificações das demandas, uma vez que as Oficinas de Atividades em sua ampla variedade de possibilidades, podem ser utilizadas de diferentes formas para criar ambientes propícios para experimentação e aprendizado, colocando o indivíduo como um agente ativo na formação de sua própria subjetividade, prática, ação e reflexão. (Lopes et al., 2014).

Assim, Malfitano (2016), trás como exemplo que todo jovem tem o direito de participar de diversos espaços sem sofrer discriminação e as meninas possuem o mesmo direito de expressar suas opiniões como os meninos. Seguindo esta afirmação, a autora complementa que embora essas afirmações pareçam simples, os indivíduos dentro contexto enfrentam diariamente os atravessamentos dos marcadores sociais da diferença, seja como vítimas ou perpetuando essas práticas sociais.

Portanto, foi possível observar que a utilização das Oficinas de Atividades como meio de alcançar as discussões e reflexões dos participantes durante as práticas acerca das questões territoriais e dos marcadores sociais da diferença, bem como suas perpetuações de desigualdade, mostrou-se como um conjunto de ferramentas úteis no manejo das problemáticas que surgiram nos encontros.

Considerações Finais

A partir da descrição e análise deste estudo, é possível perceber o importante papel que a Terapia Ocupacional desempenha como facilitador e mediador nas problemáticas

sociais frente aos atravessamentos territoriais, socioculturais e cotidianos, especialmente no contexto do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

O embasamento teórico-metodológico fundamentado nos princípios da Terapia Ocupacional Social que serviram como base para a implementação das tecnologias sociais utilizadas nas práticas demonstrou ser uma importante ferramenta que pode auxiliar no desenvolvimento do protagonismo e autonomia dos indivíduos e reconhecimento dos direitos enquanto cidadãos.

Partindo do pressuposto de que a utilização dos recursos da Terapia Ocupacional Social pode ser um agente facilitador para identificação e intervenção de atravessamentos que podem permear o indivíduo, foi possível por meio das Oficinas de Atividades reconhecer e abordar os efeitos das questões territoriais e dos marcadores sociais da diferença na vida cotidiana dos participantes do grupo do SCFV. .

Pudemos perceber as contribuições da terapia ocupacional na mediação do SCFV bem como a potência da utilização das Oficinas de Atividades enquanto uma importante ferramenta de ação da Terapia Ocupacional Social nesse contexto.

Portanto, evidencia-se a importância da realização de estudos nessa temática a fim de observar e avaliar o uso das tecnologias sociais nos diferentes contextos socioculturais e territoriais, possibilitando o aprimoramento e avanço dessa abordagem. Além disso, esses estudos podem aumentar o aporte teórico-metodológico da Terapia Ocupacional Social , o que pode aprofundar a fundamentação teórica de novos estudos.

Referências Bibliográficas

- Almeida, M. C. de, Soares, C. R. S., Barros, D. D., & Galvani, D. (2012). Processos e práticas de formalização da Terapia Ocupacional na Assistência Social: alguns marcos e desafios. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 20(1), 191-201.
- Assistência Social - NOB/SUAS. (2012). Recuperado de: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf.
- Barros, D. D., Ghirardi, M. I. G., & Lopes, R. E. (2002). Terapia Ocupacional Social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 13(2), 81-86.
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, (26), 329-376.
- Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Presidência da República.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2004). Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: MDS.
- Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. (2011). Resolução Nº 17, de 20 de junho de 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social. Brasília.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2013). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2015). Caderno de orientações. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Articulação necessária na Proteção Social Básica. Brasília: MDS.
- Cachado, R. (2021). Diário de campo. Um primo diferente na família das ciências sociais. *Sociologia & Antropologia*, 11(2), 551–572.
- Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO. (2010). Resolução nº 383, de 22 de dezembro de 2010. Define as competências do Terapeuta Ocupacional nos Contextos Sociais e dão outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.
- Governo da Paraíba. (2023). Anuário Estadual da Segurança e da Defesa Social na Paraíba (2023).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE

- Lopes, R. E., Borba, P. L. O., & Cappellaro, M. (2011). Acompanhamento individual e articulação de recursos em Terapia Ocupacional Social : compartilhando uma experiência. *O Mundo da Saúde*, 35(2), 233-238.
- Lopes, R. E., Malfitano, A. P. S., Silva, C. R., & Borba, P. L. O. (2014). Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social : ações com jovens pobres na cidade. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 22(3), 45-58.
- Lourau, R. (1993). *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Malfitano, A. P. S. (2005). Campos e núcleos de intervenção na Terapia Ocupacional Social . *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 16(1), 1-8.
- Malfitano, A. P. S. (2016). Contexto social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. *Terapia Ocupacional Social : desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 117-133). São Carlos: EdUFSCar.
- Minatel, M. M., & Andrade, L. C. (2020). Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e a terapia ocupacional: um relato de experiência na construção da cidadania e participação social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28 (1), 309–329.
- Moutinho, L. (2014). Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, (42).
- Oliveira, R. de C. M. (2014). (Entre)linhas de uma pesquisa: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, 2(4), 23-35.

ANEXOS

Anexo A: Normas da Revista Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- A contribuição é original e inédita e não está sendo avaliada para publicação por outra revista;
- O arquivo da submissão está formatado, apenas, pelo programa Microsoft Word 2007 ou posterior e os trabalhos enviados à revista em formato .doc editável;
- URLs para as referências foram informadas quando possível;
- O texto está em espaço 1,5; usa fonte Times New Roman tamanho 12; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as tabelas estão no corpo do texto e não ao final do texto ou como anexos, já as figuras estão em documentação suplementar e não corpo do texto;
- O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista;
- Todas as referências seguem as instruções e modelos apresentados;
- Não há identificação no corpo do texto que comprometa a Avaliação Cega por Pares.

DIRETRIZES PARA AUTORES

- Apresentação dos originais

Os originais devem ser encaminhados aos Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/Brazilian Journal of Occupational Therapy por meio eletrônico no site: www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br

Adota-se o processo de revisão por pares double-blind review (anônimo para os revisores e para os autores). Os textos são submetidos on-line e, se de acordo com as normas de publicação, são encaminhados a um dos Editores de Seção para uma avaliação inicial.

Aprecia-se, nesta fase, a pertinência da submissão ao escopo da revista e, dentre outros aspectos formais considerados, destacam-se a relevância e originalidade do tema e a adequação e densidade da abordagem teórico-metodológica utilizada. Apenas textos aprovados nesta etapa serão encaminhados para as próximas etapas de avaliação de mérito. Os textos não aprovados nesta fase serão encaminhados pelos Editores de Seção ao Editor-Chefe para finalização do processo.

Se aprovado na avaliação inicial pelo Editor de Seção, este indicará dois revisores ad hoc, de acordo com a temática da pesquisa, os quais deverão emitir, no prazo de 30 dias, um parecer com a análise do texto e com a indicação de revisão, aceite ou não para publicação, segundo os critérios de relevância do conteúdo, consistência argumentativa, coerência teórica e metodológica, adequação estrutural e contribuições para o avanço do conhecimento na área.

Os textos que entrarem em avaliação por pares, após o processo de revisão, serão encaminhados aos autores com a decisão editorial, indicando revisões requeridas e/ou decisão final de aceite e/ou recusa. No caso de revisões requeridas, os textos serão devolvidos aos autores para adequações e uma nova rodada de avaliação será solicitada aos Editores de Seção e/ou aos revisores ad hoc.

Cumprida a etapa de análise pelos revisores ad hoc e Editores de Seção, o Editor-Chefe emitirá o parecer final (no qual o anonimato dos revisores é preservado) e que será expresso da seguinte maneira:

1. Aceito para Publicação: O trabalho é aceito integralmente para publicação em um dos próximos números do periódico, segundo critério cronológico de conclusão do processo de análise.
2. Revisões Requeridas: As modificações deverão ser realizadas pelo autor, que receberá o parecer com as referidas recomendações, devolvendo o trabalho reformulado no prazo estipulado e com as alterações realizadas marcadas em cor distinta para conferência. No caso de grande número de alterações solicitadas, o artigo será reencaminhado aos Editores de Seção e/ou revisores ad hoc, após a adequação pelo autor, para nova análise, podendo vir a ser aceito ou recusado.
3. Recusado: Recusa da publicação, com a devida justificativa dada pelo Editor-Chefe, tomando como referência a análise de cada um dos revisores ad hoc, a qual é repassada aos autores, preservando-se a identidade dos revisores.

Todos os pareceres elaborados serão de conhecimento dos autores, revisores ad hoc e Editores de Seção.

Caso o autor discorde do parecer recebido, poderá solicitar revisão à Editoria da revista, que, caso avalie como cabível a revisão, encaminhará a solicitação aos mesmos revisores e Editores de Seção, ou, a depender do caso, solicitará avaliação de outro revisor ad-hoc.

FORMATO

Textos em português, inglês ou espanhol, digitados em arquivo do programa Microsoft Word 2007 ou posterior, papel tamanho A4, margens de 2,5 cm, espaço 1,5, letra Times New Roman 12. Todos os parágrafos devem começar na coluna 1, sem tabulação.

Os textos submetidos deverão atender aos critérios de estruturação para a sua apresentação e estarem de acordo com as diretrizes apontadas a seguir. É sugerido aos autores que façam um checklist quanto à estrutura do texto antes de submetê-lo ao periódico. Os textos que não atenderem aos itens mencionados serão devolvidos aos autores para adequação anteriormente à avaliação pelos Editores de Seção. Seguem abaixo as diretrizes para elaboração da: 1) Folha de Rosto e 2) Estrutura do Texto.

- Folha de rosto

Abrange as seguintes informações: título, autores, contato do autor responsável e/ou de correspondência (endereço institucional) e fonte de financiamento.

Título: Conciso e informativo. Em português e inglês. Quando o texto for apresentado em espanhol, o título deve ser apresentado nos três idiomas (espanhol, português e inglês).

Informar, em nota de rodapé, se o material é parte de pesquisa e/ou intervenção.

No caso de pesquisas envolvendo seres humanos, indicar se os procedimentos éticos vigentes foram cumpridos. No caso de análise de intervenções, indicar se todos os procedimentos éticos necessários foram realizados. Informar, ainda, se o texto já foi apresentado em congressos, seminários, simpósios ou similares.

Autores: Nome completo e endereço eletrônico do(s) autor(es). Informar maior grau acadêmico, cargo e afiliação institucional de cada autor (instituição, cidade, unidade da federação, país). O periódico aceita que sejam até cinco os autores do texto. Em casos devidamente justificados, um número maior de autores poderá ser aceito pelos Editores-Chefes.

ORCID: Informar número ORCID de todos autores. Caso os(as) autores(as) não possuam ORCID, solicitamos que ele seja criado: <https://orcid.org/signin>

Contato: Indicar autor responsável pela comunicação com a revista. Nome completo, endereço institucional (instituição, rua, CEP, cidade, unidade da federação, país), endereço eletrônico e telefone para contato.

Fonte de Financiamento: Os autores deverão informar se o trabalho recebeu ou não financiamento.

Agradecimentos: Se houver, devem vir ao final das referências.

Contribuição dos Autores: Os autores devem definir a contribuição efetiva de cada um no trabalho. Indicar qual a colaboração de cada autor com relação ao material enviado (i.e.: concepção do texto, organização de fontes e/ou análises, redação do texto, revisão etc.).

Os autores deverão dispor em nota de rodapé a afirmação de que a contribuição é original e inédita e que o texto não está sendo avaliado para publicação por outra revista.

- Estrutura do Texto

Resumo e Abstract: Devem refletir os aspectos fundamentais dos trabalhos, com no mínimo 150 palavras e, no máximo, 250. Preferencialmente, adotar explicitação da estrutura do trabalho, com colocação de subtítulos (Introdução, Objetivos, Método, Resultados e Conclusão). Devem preceder o texto e estar em português e inglês.

Palavras-chave: De três a seis, em língua portuguesa e inglesa, apresentadas após o resumo e após o abstract, respectivamente. As palavras-chave deverão vir separadas por vírgulas. Consulte o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde – <http://decs.bvs.br>) e/ou o Sociological Abstracts.

Tabelas: Devem estar citadas no texto através de numeração crescente (ex.: tabela 1, tabela 2, tabela 3) e apresentar legenda numerada correspondente à sua citação. As tabelas deverão ser apresentadas em formato editável (indica-se, preferencialmente, o uso do programa Microsoft Word 2007 ou posterior para preparação e envio das tabelas em formato .doc). Tabelas devem estar também devidamente identificadas e em escala de cinza. As tabelas devem estar inseridas no texto, em formato editável, e não ao final do documento ou na forma de anexos.

Figuras: As figuras (diagramas, gráficos, quadros, imagens e fotografias) devem ser fornecidas em alta resolução (300 dpi), em JPG ou TIF, coloridas e em preto e branco, e devem estar perfeitamente legíveis. Toda figura deve estar citada no texto através de numeração crescente (ex.: figura 1, figura 2, figura 3) e deve apresentar legenda numerada correspondente. As figuras devem ser encaminhadas como documentação suplementar, em arquivos separados e com a respectiva legenda. Todo diagrama, gráfico, quadros, imagem e/ou fotografia deve ser nomeado(a) como figura.

Os textos podem apresentar no máximo cinco figuras e/ou tabelas.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

Citações no texto: O nome dos autores deve ser grafado com apenas as iniciais maiúsculas, seguido da data de publicação da referência. Ex: “Segundo Silva (2009), [...]” ou (Silva, 2009). Quando houver dois autores, os nomes devem estar separados por “&”. Ex: “Segundo Amarantes & Gomes (2003) [...]” ou (Silva & Santos, 2010). Quando existirem mais de dois autores em citações dentro ou fora dos parênteses, deve-se apresentar o nome do primeiro autor seguido da expressão “et al.”. Toda a bibliografia utilizada e citada no texto deverá, obrigatoriamente, estar na lista de referências, assim como toda a lista de referências deverá estar citada no texto.

As citações diretas (transcrição textual de parte da obra do autor consultado) com menos de três linhas devem ser inseridas no corpo do texto entre aspas duplas; as citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas do texto com recuo de 4 cm da margem esquerda, com o tamanho da fonte um ponto menor que o da fonte utilizada no texto e sem aspas (nesses casos, é necessário especificar na citação a(s) página(s) da fonte consultada)

Referências: Os autores são responsáveis pela exatidão das referências citadas no texto. As referências deverão seguir as normas da APA, detalhadas na 6ª edição do Publication Manual of the American Psychological Association. Tutoriais com orientações para a elaboração das referências também podem ser encontrados no site <http://www.apastyle.org>. Ao final do trabalho, as referências devem ser apresentadas e ordenadas alfabeticamente, conforme os exemplos:

- Livro

Cavalcanti, A., & Galvão, C. (2007). *Terapia ocupacional: fundamentação & prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

- Capítulo de livro

Castro, E. D., Lima, E. M. F. A., & Brunello, M. I. B. (2001). Atividades humanas e terapia ocupacional. In M. M. R. P. De Carlo & C. C. Bartalotti (Eds.), *Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas* (pp. 41-59). São Paulo: Plexus.

- Artigo de periódico

Lopes, R. E. (2004). Terapia ocupacional em São Paulo: um percurso singular e geral. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 12(2), 75-88.

- Artigos de periódico online

Magalhães Sobrinho, P., Carvalho Junior, J. A., Luz Silveira, J., & Magalhães Filho, P. (2000). Analysis of aluminum plates under heating in electrical and natural gas furnaces. *Energy*, 25(10), 975-987. Recuperado em 29 de junho de 2001, de https://www.researchgate.net/publication/232394453_Analysis_of_aluminum_plates_under_heating_in_electrical_and_natural_gas_furnaces

- Dissertações e teses

Medeiros, M. H. R. (2004). A reforma da atenção ao doente mental em Campinas: um espaço para a terapia ocupacional(Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas

- Dissertações e teses online

Fujita, M. S. L. (1985). PRECIS na língua portuguesa: uma experiência com a indexação de artigos de periódicos brasileiros(Dissertação de mestrado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 20 de dezembro de 2001, de <http://www.cgb.unesp.br/e-theses>

- Documentos legais

Brasil. (1997). Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, seção 1, p. 29514.

São Paulo. (2001, 1 de dezembro). Decreto nº 46.324, de 30 de novembro de 2001. Declara de utilidade pública a entidade que específica. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, seção 1.

- Documentos legais online

Brasil. (2004, 3 de dezembro). Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, seção 1, p. 2. Recuperado em 3 de outubro de 2008, de http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm

- Homepages

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2008). Cidades@: São Carlos. Recuperado em 21 de junho de 2008, de www.ibge.gov.br

- Trabalhos publicados em anais de evento

Brayner, A. R. A., & Medeiros, C. B. (1994). Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In Anais do 9º Simpósio Brasileiro de Banco de Dados(pp. 16-29). São Paulo: USP.

- Trabalhos publicados em anais de evento online

Alves, G. B. O. (2005). Assistência terapêutica ocupacional a indivíduos no pós-operatório imediato de patologias e traumas da mão. In Anais do 8º Encontro de Extensão da UFMG. Belo Horizonte: UFMG. Recuperado em 20 de outubro de 2011, de http://www3.ufmg.br/proex/arquivos/8Encontro/Saude_8.pdf

- Registro de ensaios clínicos

O periódico Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/Brazilian Journal of Occupational Therapy apoia as políticas para registro de ensaios clínicos da Organização Mundial da Saúde – OMS e do International Committee of Medical Journal Editors – ICMJE, reconhecendo a importância dessas iniciativas para o registro e divulgação internacional de informação sobre estudos clínicos em acesso aberto. Sendo assim, quando se tratar de pesquisa clínica, somente serão aceitos para publicação os artigos que tenham recebido um número de identificação em um dos Registros de Ensaios Clínicos validados pelos critérios estabelecidos pela OMS e ICMJE, cujos endereços estão disponíveis no site do ICMJE (http://www.icmje.org/faq_clinical.html). O número de identificação deverá ser registrado ao final do resumo.

CONDIÇÕES DE SUBMISSÃO

É de responsabilidade dos autores a conferência de todas as normas especificadas.

Após o processo de avaliação, em caso de aprovação do texto para publicação, os autores deverão comprometer-se com o pagamento da taxa de R\$1.050,00, referente aos custos parciais de editoração científica (R\$200,00), revisão de português (R\$250,00) e tradução do corpo do texto para o inglês (R\$600,00). O início do processo de editoração dependerá da comprovação do pagamento dessa taxa.

O pagamento deverá ser realizado mediante depósito em conta bancária.

DADOS PARA DEPÓSITO:

FAI - Cadernos de Terapia Ocupacional - Banco do Brasil - Ag: 1888-0, C.C.: 5996-X, Código Identificador: 6335-5, CNPJ: 66.991.647/0001-30.

Enviar comprovante de depósito, juntamente com a identificação do artigo, para: cadto@ufscar.br

Os autores são responsáveis pelo conteúdo do artigo publicado.

SEÇÕES:

- Artigo Original

Texto resultante de pesquisa, de natureza teórica e/ou empírica, referente a temas de interesse no campo da terapia ocupacional (estruturado preferencialmente em: Introdução, Objetivos, Método, Resultados, Discussão e Conclusão com, no máximo, 10.000 palavras, incluindo referências bibliográficas).

- Artigo de Revisão e/ou Atualização de Literatura

Contribuição que apresenta a síntese de estudos publicados, referente a determinado período e fontes, acompanhado de análise crítica e/ou descritiva, favorecendo o aprofundamento do conhecimento do tema investigado. A revista prioriza artigos de revisão sistemática (com, no máximo, 8.000 palavras, incluindo referências bibliográficas), pois estes estudos aumentam o caráter científico e as evidências sobre determinado tópico. Nos casos de textos decorrentes de revisão sistemática, o periódico recomenda os critérios adotados pelo PRISMA, disponível em: <http://www.prisma-statement.org/PRISMAStatement/Default.aspx>.

- Relato de Experiência ou Estudo de Caso

Material referente a experiências profissionais, relacionadas a indivíduos, grupos e/ou comunidades, decorrentes de intervenções que tragam contribuição para a reflexão sobre a prática em terapia ocupacional. Podem ser apresentados sob a forma de descrição de ações de pesquisa, ensino e serviços (com, no máximo, 5.000 palavras, incluindo referências bibliográficas).

- Artigo de Reflexão ou Ensaio

Texto que expresse ponto de vista acerca de assuntos polêmicos e/ou relevantes, relacionados à teoria e à prática em terapia ocupacional, com reflexões e análises inovadoras (com, no máximo, 5.000 palavras, incluindo referências bibliográficas).

- Declaração de Direito Autoral

No momento da submissão do texto, os autores devem encaminhar a Declaração de Responsabilidade, Conflito de Interesse e Concordância com termos de Licença de Publicação, segundo modelos abaixo, assinada por todos os autores.

- Declaração de responsabilidade e concordância com licença de publicação

Título do trabalho:

Certifico que participei da concepção do trabalho para tornar pública minha responsabilidade pelo seu conteúdo, bem como que apresentei as informações pertinentes sobre as fontes de recursos recebidos para o desenvolvimento da pesquisa. Afirmando não haver quaisquer ligações ou acordos entre os autores e fontes de financiamento que caracterizem conflito de interesse real, potencial ou aparente que possa ter afetado os resultados desse trabalho.

Certifico que quando a pesquisa envolveu experimentos com seres humanos houve apreciação e aprovação de Comitê de Ética de instituição pertinente e que a divulgação de imagens foi autorizada, assumindo inteira responsabilidade pela mesma.

Certifico que o texto é original e que o trabalho, em parte ou na íntegra, ou qualquer outro material de minha autoria com conteúdo substancialmente similar, não foi enviado a outro periódico, no formato impresso ou eletrônico.

Atesto que, se solicitado, fornecerei ou cooperarei totalmente na obtenção e fornecimento de dados sobre os quais o texto está baseado, para exame dos editores.

Nome completo do(s) autor(es) e assinatura:

- Termo de Concordância com Licença de Acesso Aberto

Os Autores deverão enviar o Termo de Concordância com Licença de Acesso Aberto assinado (por todos), conforme o modelo abaixo:

O periódico Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/Brazilian Journal of Occupational Therapy é publicado conforme o modelo de Acesso Aberto e optante dos termos da licença Creative Commons Attribution (CC-BY), disponível em <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>.

Nós, Autores do artigo “TÍTULO” abaixo assinados, declaramos que lemos e concordamos com os termos da licença acima.

Nome completo do(s) autor(es) e assinatura:

Nome completo

Data

Assinatura

- Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/Brazilian Journal of Occupational Therapy
ISSN 2526-8910
cadto@ufscar.br